

GRUPO SAGESTAMO

CONSEST

PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA, S.A.

Relatório de Governo Societário

2013

M
M
H

Índice

I.	MISSÃO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS	3
II.	ESTRUTURA DE CAPITAL	3
III.	PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS	3
IV.	ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES	4
A.	Mesa da Assembleia geral	4
B.	Administração e Supervisão	4
C.	Fiscalização	5
D.	Revisor Oficial de Contas (ROC)	6
V.	ORGANIZAÇÃO INTERNA	6
A.	Estatutos e Comunicações	6
B.	Controlo Interno e Gestão de Riscos	7
C.	Regulamentos e Códigos	8
D.	Sítio de Internet	9
VI.	REMUNERAÇÕES	9
A.	Competência para a determinação	9
B.	Comissão de Fixação de Remunerações	9
C.	Estrutura das remunerações	9
D.	Divulgação das Remunerações	10
VII.	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS	10
VIII.	ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICOS, SOCIAL E AMBIENTAL	11
IX.	AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO	12
ANEXOS		14
Anexo I - Curricula		15

my
ne
F

I. MISSÃO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS

A CONSEST iniciou a sua atividade em 30 de Dezembro de 2002 com a proposta de aquisição ao Estado do terreno designado por Posto Central de Avicultura, sito na Falagueira, com uma área de 593.062m² no Concelho da Amadora, pelo valor de 52,5 milhões de euros. Em 8 de Janeiro de 2003 foi estabelecido um Consórcio para o desenvolvimento urbanístico do referido terreno, entre as sociedades SAGESTAMO, CONSEST, TEMPLE e COTTEES.

A orientação específica fixada pelo Acionista traduziu-se na promoção do desenvolvimento urbanístico do terreno da Falagueira, englobando-se neste projeto a atividade da empresa.

II. ESTRUTURA DE CAPITAL

A CONSEST – Promoção Imobiliária, S.A., é uma empresa detida a 100% pela SAGESTAMO, SGPS, SA.

O capital social, integralmente subscrito e realizado, em dinheiro, é de 55.000.000 euros e é representado por 11.000.000 ações nominativas no valor nominal de 5 euros cada uma.

As ações são nominativas e ao portador, também reciprocamente convertíveis a requerimento e à custa do acionista interessado.

Os títulos de ações, quer provisórios, quer definitivos, serão sempre assinados por dois administradores.

Será contado um voto por cada 100 ações, não havendo qualquer limitação ao número de votos de que cada acionista pode dispor.

O Conselho de Administração não tem conhecimento da existência de acordos parassociais relativos à Consest que possam conduzir a eventuais restrições.

III. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

A sociedade não detém qualquer participação no capital de outras sociedades.

Não foram estabelecidas competências a título individual nos membros do Conselho de Administração (CA). Todas as decisões são tomadas em reunião do CA.

Os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não detêm quaisquer ações e obrigações.



IV. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

São órgãos da sociedade a assembleia geral, o conselho de administração e o fiscal único.

A. Mesa da Assembleia geral

A assembleia geral é o órgão supremo da sociedade e as suas deliberações são obrigatórias para todos os acionistas e são tomadas por maioria de votos emitidos pelos acionistas presentes ou representados, excepto nos casos em que a lei exija maioria qualificativa.

A mesa da assembleia geral é constituída por um presidente e um secretário, eleitos por períodos de três anos.

A assembleia reunir-se-á ordinariamente até 31 de Março de cada ano e extraordinariamente sempre que o requeira o conselho de administração ou o fiscal único. Só podem participar nas assembleias gerais os acionistas com direito a, pelo menos, um voto.

Mandato	Cargo	Nome	Remuneração Anual	
			Fixada (€) (1)	Bruto Pago (€) (2)
2009-2011	Presidente	Ligia Maria do Nascimento Messias de Jesus	281 €	312 €
2009-2011	Secretário	Dora Isabel Dias Sobral Chumela	181 €	187 €

Legenda: (1) - Valor da Senha de presença fixada; (2) Antes de reduções remuneratórias

B. Administração e Supervisão

O conselho de administração, é eleito pela assembleia geral, que designará também o seu presidente, é composto por três membros, que poderão ser ou não acionistas, eleitos por um período de três anos, podendo ser reeleitos no máximo por três sucessivos triénios,

Os membros do conselho de administração serão ou não remunerados, conforme for deliberado pela assembleia geral.

Os membros do conselho de administração podem fazer-se representar nas reuniões do conselho por outros administradores, mediante carta, dirigida ao presidente, e que só poderá ser utilizada uma única vez.

O conselho de administração poderá delegar num administrador a gestão corrente da sociedade.

O conselho de administração fica investido dos mais amplos poderes de gestão, exercendo todas as funções necessárias à realização do objeto social, praticando, em geral, todos os atos que não sejam da exclusiva competência da assembleia geral e podendo, designadamente:

- Adquirir, alienar, onerar bens móveis, mediante autorização prévia da assembleia geral;

- Representar a sociedade ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele;
- Confessar, desistir ou transigir em qualquer ação ou processo, tanto judicial como arbitral;
- Constituir mandatários da sociedade, seja qual for o alcance e a extensão do mandato, nos precisos termos e para os atos ou atividades que ficarem constando no livro de atas do conselho de administração;

Atualmente, o Conselho de Administração da Sociedade é composto pelos seguintes membros:

Mandato		Nome	Designação Legal da atual Nomeação	Nº de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
Início - Fim	Cargo				
2009-2011	Presidente	Dr. Mário Alberto Donas	Eleição	3	
2009-2011	Vogal	Dr. Carlos Alberto de Mendonça Pires	Eleição	2	
2009-2011	Vogal	Dr. Francisco António Lobo Brandão Rodrigues Cal	Eleição	1	

O Presidente Dr. Mário Alberto Duarte Donas exerce ainda o cargo de vogal não executivo da Parpública e Presidente da Margueira – Sociedade Gestão de Fundos de Investimentos Imobiliários, SA.

O Vogal Dr. Carlos Alberto de Mendonça Pires desempenha o cargo de Diretor Geral da Sagestamo.

O Vogal Dr. Francisco António Lobo Brandão Rodrigues Cal desempenha o cargo de Presidente da Sagestamo e de Presidente da Estamo.

Os membros do conselho de administração não são remunerados pela empresa. Todos os administradores são executivos.

Não está instituído qualquer regime de complemento de reforma para os membros do Conselho de Administração.

No anexo I ao presente Relatório apresentam-se os Currículos dos membros dos órgãos sociais.

O Conselho de Administração realizou 13 reuniões durante o ano de 2013. As decisões mais importantes tomadas por este órgão de gestão estão contempladas no Relatório do Conselho de Administração

A empresa não possui Comissão de Auditoria nem Comissão de Avaliação, sendo abrangida pela atuação da Comissão de Auditoria da Parpública e pela Auditoria Interna do Grupo Parpública.

C. Fiscalização

A fiscalização dos negócios sociais compete a um fiscal único e um suplente, que é eleito em assembleia por um período de três anos, podendo ser reeleito por sucessivos triénios.

Atualmente o órgão de fiscalização é composto pelos seguintes membros:

Fiscal Único: Victor José & Associados, SROC representada por Dr. Eduardo Rego, ROC nº 1285

Fiscal Suplente: Victor José & Associados, SROC SROC nº 135

Mandato					
Início - Fim	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação	Nº de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
2009-2011	Fiscal Único	Victor José & Associados, SROC representada por Dr. Eduardo Rego	Eleição	1	

Mandato			Remuneração Anual	
Início - Fim	Cargo	Nome	Fixada (€) (1)	Bruto Pago (€) (2)
2009-2011	Fiscal Único	Victor José & Associados, SROC representada por Dr. Eduardo Rego	9.000 €	9.000 €

Legenda: (1) - Valor Bruto Anual fixado; (2) Antes de reduções remuneratórias

D. Revisor Oficial de Contas (ROC)

No âmbito das suas competências de revisor, o ROC verifica a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno. O ROC procede ainda à verificação do relatório de governo societário, nos termos legais aplicáveis.

Compete igualmente ao ROC verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte, a exatidão dos documentos de prestação de contas e se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela empresa conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados.

Mandato					
Início - Fim	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação	Nº de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
2009-2011	ROC	Victor José & Associados, SROC representada por Dr. Eduardo Rego	Eleição	1	

Mandato			Remuneração Anual	
Início - Fim	Cargo	Nome	Fixada (€) (1)	Bruto Pago (€) (2)
2009-2011	ROC	Victor José & Associados, SROC representada por Dr. Eduardo Rego	9.000 €	9.000 €

Legenda: (1) - Valor Bruto Anual fixado; (2) Antes de reduções remuneratórias

V. ORGANIZAÇÃO INTERNA

A. Estatutos e Comunicações

A Conset, bem como todo o Grupo Sagestamo possui desde 2010, para além do Código de Ética, a Política de Gestão de Riscos de Fraude, Corrupção e Infrações Conexas, bem como o Plano de Prevenção desses riscos, elaborados com apoio de consultor internacional e que cumprem toda a legislação e as melhores práticas sobre estas matérias e que são do conhecimento de todos os administradores e colaboradores do Grupo aos quais foram efetuadas ações de formação sobre estes assuntos. Acrescem a estes instrumentos fundamentais para a mitigação e prevenção dos mesmos, os Manuais de Procedimentos em vigor nas áreas de compra de imóveis, aquisição de

bens e serviços, contratação de empreitadas, avaliação de imóveis, arrendamento de imóveis, contabilidade, recebimentos e pagamentos e vendas de imóveis, todos elaborados também com apoio de consultor internacional.

Todas as operações incluindo naturalmente as que envolvem estes tipos de riscos, são analisadas e aprovadas em reunião do Conselho de Administração

Não houve qualquer ocorrência na empresa nesta matéria e não foi elaborado anualmente um Relatório identificativo das Ocorrências ou Riscos de Ocorrência.

B. Controlo Interno e Gestão de Riscos

Os riscos da sociedade estão em grande parte associados ao valor do imóvel em carteira, às perspetivas de evolução do mercado imobiliário e à evolução das taxas de juro.

A nível dos procedimentos e controlo interno, para além do referido no ponto anterior, a empresa utiliza a Direção Administrativa e Financeira, a Área de Promoção Imobiliária e a Área Jurídica do Grupo Sagestamo que realizam todos os procedimentos para aquisição de bens e serviços, para a contratação de empreitadas e para os pagamentos e recebimentos, sendo a contabilização destes movimentos efetuada por uma empresa da especialidade.

Anualmente é efetuada uma avaliação ao único imóvel da sociedade por uma empresa certificada.

O Revisor Oficial de Contas acompanha pormenorizadamente as ações referidas, que também são por ele verificadas.

Foi efetuada em 2012 uma auditoria a todas as empresas do Grupo pela Área de Auditoria Interna da Parpública.

C. Regulamentos e Códigos

A Consest enquanto sociedade detida inteiramente pela Sagestamo que por sua vez é integralmente detida a 100% pela Parpublica, está sujeita à legislação que enquadram a atividade das empresas do sector empresarial do Estado, nomeadamente no que concerne à observância dos seguintes diplomas:

- Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de Outubro, estabelece os princípios e regras aplicáveis ao sector público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas;
- Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de Março que aprovou o Estatuto do Gestor Público;

A Consest está ainda sujeita ao controlo financeiro por parte do Tribunal de Contas no quadro do acompanhamento das empresas de capital público de acordo com o enquadramento definido pela Lei 98/87, de 26 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei 48/2006, de 29 de Agosto.

De referir, também, a utilização pela DGTF e IGF do Sistema SIRIEF para o acompanhamento e controlo de atividade da Empresa, o qual contempla as principais Demonstrações Financeiras e uma matriz própria para o acompanhamento das orientações estratégicas para o SEE 2011, no âmbito do Plano de Redução de Custos / Gastos Operacionais.

A empresa e o Grupo Sagestamo, como se referiu anteriormente, para além do Código de Ética e da Política de Gestão de Riscos de Fraude, Corrupção e Infrações Conexas, bem como o Plano de Prevenção desses riscos recentemente atualizados, possui Manuais de Procedimentos para as compras, aquisição de bens e serviços e contratação de empreitadas, avaliação de imóveis, arrendamentos, vendas, contabilidade e pagamentos e recebimentos.

Por último, a atividade da empresa e dos seus colaboradores está sujeita ao cumprimento das mais elevadas regras de transparência, rigor, formalismo, profissionalismo, idoneidade e segurança relativamente ao desempenho da sua atividade e ao exercício das suas funções.



D. Sítio de Internet

Em cumprimento dos princípios de bom governo estabelecidos e em respeito pelas boas práticas sancionadas pelos mercados, a empresa procede à divulgação no seu site (www.sagestamo.pt) e em outros suportes adequados da política de remunerações estabelecida;

A empresa assegura, designadamente no seu Relatório do Exercício anual, a disponibilização de informação individualizada sobre a remuneração auferida pelos membros dos órgãos de fiscalização e administração, discriminando, quando for o caso, os montantes relativos às componentes fixas e variável, bem como informação referente a todos os demais benefícios e regalias.

VI. REMUNERAÇÕES

A. Competência para a determinação

A competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais é da Assembleia Geral.

B. Comissão de Fixação de Remunerações

Não está constituída comissão de vencimentos

C. Estrutura das remunerações

Nos termos do disposto no Resolução do Conselho de Ministros nº 36/2012 de 26 de Março, a Conset foi classificada como uma empresa pública da categoria C, sendo-lhe aplicável, por força do previsto na Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2012, de 14 de Fevereiro, os limites máximos para a remuneração dos membros dos órgãos de administração da sociedade aí definidos para sociedades dessa categoria.

Os membros do conselho de administração não auferem qualquer remuneração pelo exercício das suas funções.

A remuneração do Conselho Fiscal, do ROC e dos Membros da Mesa da Assembleia Geral estão sujeitos aos limites estabelecidos no Despacho 764/SETF/2012.



D. Divulgação das Remunerações

Na sequência da entrada em vigor da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, e atendendo ao preceituado no seu artigo 3.º, sob a epígrafe "Divulgação de remuneração", discrimina-se de forma individual e agregadamente as remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização:

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	TOTAL
Dr. Mário Alberto Donas	Presidente	- €	- €	- €
Dr. Carlos Alberto de Mendonça Pires	Vogal	- €	- €	- €
Dr. Francisco António Lobo Brandão Rodrigues	Vogal	- €	- €	- €
TOTAL		- €	- €	- €

ROC

Nome	Cargo	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	TOTAL
Victor José & Associados, SROC representada ROC		9.000,00 €	- €	9.000,00 €
TOTAL		9.000,00 €	- €	9.000,00 €

Assembleia Geral

Nome	Cargo	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	TOTAL
Ligia Maria do Nascimento Messias de Jesus	Presidente AG	280,67 €	- €	280,67 €
Dora Isabel Dias Sobral Chumela	Secretária AG	180,71 €	- €	180,71 €
TOTAL		461,38 €	- €	461,38 €

VII. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS

Os negócios jurídicos entre uma Parte Relacionada - isto é, (a) um membro de um órgão de administração ou de fiscalização da CONSEST ou de qualquer sociedade que se encontre em relação de domínio ou de grupo com a CONSEST, nos termos do disposto no artigo 21.º do Cód.VM ("Sociedades Participadas") ou (b) qualquer pessoa singular que, pelo cargo que desempenhe na CONSEST ou nas Sociedades Participadas, exerça funções de chefia e de gestão, ou tenha acesso, regular ou ocasional, a informação privilegiada ou (c) um acionista detentor de participação qualificada de, pelo menos, 2% do capital social da CONSEST ou das Sociedades Participadas, calculada nos termos do disposto no artigo 20.º do Cód.VM ou ainda (d) uma entidade terceira, relacionada com um Dirigente ou um Acionista Relevante por meio de qualquer interesse comercial ou pessoal relevante - serão sempre submetidos à aprovação da Holding

Cabe ao Conselho de Administração da CONSEST submeter à apreciação e aprovação da Holding os negócios com Partes Relacionadas, enviando para o efeito, com pelo menos 15 dias de antecedência face à data do projetado negócio, os seguintes elementos:

- Uma caracterização sumária dos termos essenciais da operação em causa;
- Uma breve contextualização da operação, incluindo os procedimentos pré-contratuais adotados;



- No caso de terem existido diversas propostas, os critérios que foram adotados para a seleção da contraparte final;
- No caso de não ter havido consulta a mais nenhuma entidade, as razões para a adoção desse procedimento;
- No caso de, pela sua natureza, haver urgência na celebração do negócio, a menção e competente justificação desse fato e das circunstâncias aplicáveis;
- Os mecanismos adotados para a prevenção de conflitos de interesses e a demonstração de que a operação será realizada em condições normais de mercado.

A Holding, deve aferir, nas operações que lhe sejam submetidas, da adequação dos procedimentos pré-contratuais e contratuais adotados e da razoabilidade e adequação da fundamentação apresentada, tendo em conta as finalidades de:

- A prossecução do interesse social da CONSEST e das Sociedades Participadas;
- Adequação das condições da operação às condições de mercado em que o tipo de transação é normalmente celebrada;
- Não atribuição, direta ou indireta, de vantagens excessivas à Parte Relacionada, no contexto da realização da operação.

Por fim, refira-se ainda que não existem quaisquer negócios entre, por um lado, a Sociedade e, por outro, os membros dos seus órgãos de administração ou fiscalização ou os membros dos órgãos de administração ou fiscalização de sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo.

No quadro infra apresenta-se a lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos.

Fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos.
Sagestamo – SGPS
Estamo, SA
Fundiestamo - Sociedade Gestora
Victor José & Assoc.-SROC,Lda

VIII. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICOS, SOCIAL E AMBIENTAL

A estratégia adotada consiste na valorização do único imóvel que a empresa possui, através da definição de um conceito para o mesmo (Master Plan) e do desenvolvimento de um Plano de Pormenor (PP), com apoio de projetistas externos e sob a égide do Município da Amadora, tendo em vista a sua aprovação

para que o mesmo possa ser alienado para criar valor para o acionista. As metas que dependem da empresa têm sido cumpridas, aguardando-se que as entidades licenciadoras aprovem o referido PP.

As políticas prosseguidas para garantir a eficiência económica e financeira são a redução ao mínimo possível dos custos de estrutura e a obtenção dos melhores preços na aquisição de bens e serviços e nas empreitadas.

Relativamente às medidas adotadas pela empresa no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, não são aplicáveis a esta sociedade pois não possui colaboradores e os membros dos Órgãos Sociais são nomeados pelo Acionista.

Na elaboração do Master Plan e do PP para o projeto da Falagueira teve-se em consideração todas as questões ambientais e quando o mesmo for aprovado pelas entidades licenciadoras respeitará naturalmente todas as normas aplicáveis.

IX. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

No desenvolvimento da sua atividade a Conset cumre os princípios de Bom Governo das empresas do sector empresarial do Estado aprovados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro, e presta especial atenção a todas as orientações e recomendações dos organismos da tutela e supervisão.

Nesse sentido, o Conselho de Administração assumiu uma postura alinhada com as melhores práticas, visando responder, de forma adequada, às necessidades de responsabilização, de transparência, de qualidade dos procedimentos internos e de divulgação clara e atempada da informação relevante sobre a atividade da Empresa.



11 de Março de 2014

O Conselho de Administração



Mário Alberto Donas

Presidente



Carlos Alberto de Mendonça Pires

Administrador



Francisco Cal

Administrador

ANEXOS

Anexo I - Curricula

Dr. Mário Alberto Duarte Donas

Habilitações Académicas

- Licenciatura em Ciências Matemáticas (1963) – Universidade de Coimbra
- Licenciatura em Engenharia Geográfica (1972) - Universidade de Coimbra
- Licenciatura em Direito (1978) – Universidade Clássica de Lisboa
- Pós-Graduação em Jurídico-Económicas (1981)
- Assistente de Finanças Públicas na Faculdade Clássica de Direito (1982 a 1987)

Atividade Profissional

- Administrador de empresas desde 1983 a 1995;
- Advogado;
- Vogal do Comissariado da EXPO 98;
- Administrador da PARQUE EXPO até 2000;
- Professor auxiliar de Finanças Públicas e Direito Económico na Universidade Internacional desde 1987.
- Presidente do Conselho de Administração da CONSEST – Promoção Imobiliária, S.A.;
- Administrador não executivo da PARPÚBLICA – Participações Públicas (S.G.P.S.), S.A. desde 2001;
- Presidente do Conselho de Administração da MARGUEIRA - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. desde 2002 até Dezembro de 2013;
- Administrador não executivo da SNEGES - Administração e Gestão de Imóveis e Prestação de Serviços, SA, desde 2003 até 2009;
- Administrador não executivo da URBINDÚSTRIA - Sociedade de Urbanização e Infraestruturação de Imóveis, SA, desde 2003 até 2009;
- Administrador não executivo da Baía do Tejo, SA, desde 2009 a 2011;

Dr. Carlos Alberto Mendonça Pires

- Habilitações Académicas

- Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia e Gestão em 1981

Atividade Profissional

- Vogal do Conselho de Administração da CONSEST desde Junho de 2004
- Diretor Geral da SAGESTAMO desde Agosto de 2010
- Vice-Presidente da Sagestamo, SA de Junho de 2004 a Agosto de 2010
- Presidente da Estamo e da Fundiestamode Junho de 2004 a Junho de 2008
- Vogal não executivo do Conselho de Administração da Ribeira das Atalaia, SA, Extra, SA, empresas do Grupo Empordef de 2005 a 2007
- Adjunto do CA da EDP – Valor de Junho/03 a Maio/04
- Vogal do Conselho de Administração da EDP Valor de Março/02 a Junho/03
- Presidente do Conselho de Administração das empresas imobiliárias do grupo EDP, EDP Imobiliária, Edalpro e EDP Serviços de Junho/99 a Março/02
- Vogal do Conselho de Administração de duas empresas de distribuição de eletricidade da EDP, LTE e SLE de Outubro/98 a Maio/99
- Vogal do Conselho de Administração da Sanvida - Medicina Apoiada, SA do Grupo EDP, de Setembro/94 a Setembro/98
- Diretor Central da Direção dos Serviços Médicos da EDP de Maio de 91 a Agosto de 94.
- Membro do Comité de Seguros e Riscos da Unipede (União Internacional dos Produtores e Distribuidores de Energia Elétrica de 1988 a 1994.
- Diretor Central da Direção Administrativa e Logística da EDP de 1988 a Abril de 1991
- Responsável pelo Departamento de Auditoria Administrativa da Inspeção-geral da EDP de Abril/86 a Dezembro/87
- Responsável pelo Departamento Administrativo e Financeiro do Centro de Distribuição de Almada da Direção Operacional de Distribuição Sul da EDP de Julho/81 a Março/86
- Adjunto do Diretor Administrativo e Financeiro da Zona de Setúbal da Direção Operacional de Distribuição Sul da EDP entre Maio/77 a Junho/81



Dr. Francisco António Lobo Brandão Rodrigues Cal

Habilitações Académicas

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa concluída em 1981 com a média final de quinze valores.

Atividade Profissional

- Presidente da Sagestamo – Sociedade Gestora de Participações Sociais Imobiliárias S.A. desde Agosto de 2010.
- Vice-Presidente da Sagestamo – Sociedade Gestora de Participações Sociais Imobiliárias S.A. desde Maio de 2010 a Agosto de 2010.
- Presidente do Conselho de Administração da Estamo - Participações Imobiliárias, S.A desde Junho de 2008.
- Presidente do Conselho de Administração da Fundiestamo – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. de Junho de 2008 a Abril de 2010.
- Diretor-Geral do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior de Maio de 2007 a Maio de 2008.
- Administrador do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – ISCTE de Setembro de 2005 a Abril de 2007.
- Assessor nas áreas de Finanças Públicas e Economia do Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia da República de Setembro de 2002 a Agosto de 2005.
- Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social de Junho de 1996 a Julho de 2002.

